

A infância como expressão da autenticidade humana: um diálogo entre Rousseau e O Pequeno Príncipe

*Um estudo a partir das obras de No Emílio ou Da Educação de Jean-Jacques
Rousseau e O Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry*

João Victor da Silva Nascimento¹

Prof. Ms. Frei Fabiano Santos Julião, OSA²

Resumo

O que une um filósofo do século XVIII e um aviador escritor do século XX é uma pergunta que nenhum dos dois deixou de fazer, o que resta do ser humano depois que a sociedade termina seu trabalho sobre ele? Esta pesquisa parte dessa convergência para analisar a infância como categoria filosófica de autenticidade, colocando em diálogo o Emílio ou Da Educação, de Rousseau, e O Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry. A hipótese central é que o processo de socialização vai substituindo, no sujeito, a percepção direta do mundo pelas mediações da utilidade e do julgamento alheio, o ser cede ao parecer, o essencial ao mensurável. A análise articula os conceitos rousseauístas de amour de soi e amour propre com as cenas e personagens de Saint-Exupéry, mostrando que a criança não vê o mundo de forma ingênua, mas de forma ainda não deformada. O método combina análise filosófica e hermenêutica textual.

Palavras-chave

Infância, autenticidade, educação, alienação, socialização.

Introdução

¹Aluno do curso de Filosofia da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) e participante do programa de Iniciação Científica da FAPCOM. E-mail: 251747@sou.fapcom.edu.br;

² Professor do curso de Bacharelado em Filosofia da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM).
Email: fabiano.juliao@fapcom.edu.br

A ideia de que crescer torna o ser humano mais completo raramente é posta em dúvida. Incorporada ao senso comum com a naturalidade de uma evidência, ela atravessa sistemas educativos, teorias pedagógicas e expectativas familiares sem que ninguém sinta necessidade de justificá-la. Foi justamente essa evidência que Jean-Jacques Rousseau se recusou a aceitar. *No Emílio ou Da Educação*, publicado em 1762 e queimado pelas autoridades semanas depois, ele formulou um diagnóstico que vai na direção oposta, enquanto numa sociedade construída sobre a aparência, a rivalidade e o cálculo, tornar-se adulto não é alcançar uma forma superior de humanidade. É, em grande medida, afastar-se dela. O que se perde nesse percurso não é a imaturidade, é algo anterior e mais difícil de nomear, isto é, a capacidade de existir sem precisar se justificar diante do olhar alheio, de perceber o mundo antes de avaliá-lo, de ser antes de parecer.

Quase dois séculos separam Rousseau de Antoine de Saint-Exupéry, mas a mesma desconfiança em relação ao mundo adulto percorre *O Pequeno Príncipe* com uma força que surpreende quem lê a obra além de sua superfície encantadora. Saint-Exupéry a escreveu num dos momentos mais duros de sua vida quando esteve exilado nos Estados Unidos, longe de uma França sob ocupação nazista, com o corpo marcado por anos de acidentes de aviação e a certeza quase silenciosa de que o regresso ao combate seria provavelmente sem volta. Ao entregar o manuscrito ao editor, disse com uma simplicidade desconcertante ao afirmar 'Eu gostaria de dar-lhe algo esplêndido, mas isso é tudo o que tenho' (SAINT-EXUPÉRY apud SCHIFF, 1994, p. 430). Não é pouca coisa. Um homem que escreve diante da morte tende a escrever apenas o que não pode deixar de dizer e o que Saint-Exupéry não podia deixar de dizer era que o mundo havia perdido algo que as crianças ainda guardam, e que os adultos, na maior parte das vezes, sequer percebem que deixaram para trás.

É sobre essa aproximação que esta pesquisa se debruça. A proposta é analisar a infância como categoria filosófica de autenticidade humana a partir do diálogo entre o *Emílio* e *O Pequeno Príncipe* duas obras que, lidas em separado, já são filosoficamente significativas, mas que, colocadas em confronto, revelam dimensões que nenhuma delas tornaria visível sozinha. Convém deixar claro, desde o início, o que essa proposta não é. Não se trata de uma leitura sentimental da infância como paraíso perdido, nem de uma idealização da criança como ser

isento de conflito ou má formação. Nem Rousseau nem Saint-Exupéry operam nesse registro. O que ambos sustentam é algo mais preciso e mais exigente, antes da socialização plena, o ser humano ainda possui uma forma de percepção direta do mundo que a vida adulta tal como organizada pelas sociedades modernas extingue de modo sistemático, quase sem que se perceba. Demonstrar como essa extinção ocorre, e como as duas obras a descrevem a partir de linguagens complementares, é o eixo central desta investigação.

Do meu ponto de vista acadêmico, a aproximação proposta apresenta uma contribuição original. Embora tanto o *Emílio* quanto *O Pequeno Príncipe* contem com bibliografias extensas e no caso de Rousseau, com séculos de comentário filosófico, a leitura cruzada que aqui se propõe não se encontra consolidada na literatura disponível. Mauro Ricardo de Freitas (2015) já demonstrou que a obra de Saint-Exupéry comporta análise filosófica rigorosa sem perder sua dimensão literária. Juliana Fischer de Almeida (2017) ofereceu uma leitura precisa do processo de alienação como deformação do indivíduo em Rousseau. O que esta pesquisa acrescenta é o movimento de aproximação sistemática entre os dois textos. Tratá-los não como obras paralelas com temas similares, mas como partes de um mesmo argumento sobre o que o ser humano perde quando cresce, eu argumento que só adquire toda a sua força quando filosofia e literatura são lidas em conjunto.

Há ainda uma dimensão que os estudos acadêmicos sobre essas obras raramente incorporam como argumento filosófico, mas que esta pesquisa considera relevante as condições em que foram escritas. Rousseau escreveu *Emílio* sob perseguição, ciente de que a obra lhe custaria o exílio e a condenação pública. Saint-Exupéry, por sua vez, entregou o manuscrito de *O Pequeno Príncipe* como quem deixa um testamento e de fato era isso. Ambos os textos nasceram de homens que estavam diante da possibilidade concreta de perder tudo e que, nesse limite, escreveram sobre o que julgavam não dever ser perdido. Essa condição não é curiosidade sobre a vida do autor, ela integra o argumento filosófico de cada obra, confere urgência às suas teses e explica, em parte, porque ambas continuam incomodando o bom incômodo, aquele que força o pensamento muito depois de publicadas.

O trabalho está organizado em três movimentos principais. No primeiro, reconstrói-se a concepção de natureza humana em Rousseau com atenção especial aos mecanismos pelos quais,

segundo o filósofo, a vida social produz a alienação do sujeito em relação a si mesmo, substituindo *o amour de soi pelo amour propre* e o ser pelo parecer.

No segundo, analisa-se *O Pequeno Príncipe* como expressão literária desse mesmo diagnóstico especialmente nas cenas da jiboia incompreendida, dos adultos obcecados por números, dos planetas habitados por figuras alienadas e do ensinamento da raposa. As cenas serão lidas como momentos em que a crítica filosófica de Rousseau encontra, na linguagem da narrativa, uma precisão que o argumento abstrato sozinho não alcança. No terceiro movimento, esse diálogo é sistematizado, evidenciam-se as aproximações conceituais entre as obras, problematizam-se as diferenças e formula-se a resposta que as duas obras, juntas, oferecem à pergunta que orienta toda a pesquisa, “o que se perde quando a criança se torna adulto?” Esta perda é inevitável ou com uma educação diferente poderia ter sido evitada?

CAPÍTULO 1: A INFÂNCIA E A NATUREZA HUMANA EM ROUSSEAU

Rousseau é um dos filósofos mais citados e menos lidos da modernidade. A frase que todo mundo conhece “o homem nasce bom e a sociedade o corrompe” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. Livro I) virou slogan, perdeu a profundidade e, com ela, perdeu também o que tinha de realmente inquietante. Porque Rousseau não estava falando de uma bondade ingênua, nem propondo que a humanidade abandonasse as cidades para viver em florestas. O que ele estava dizendo e isso o *Emílio* deixa claro desde a primeira linha, é que existe algo no ser humano, anterior à socialização, que a vida em sociedade destrói sem perceber e sem repor. Não é um argumento moral, é um argumento estrutural. A sociedade não precisa de más intenções para fazer esse estrago. Ela só precisa funcionar.

A afirmação que abre o *Emílio* junta tudo isso numa única frase de força filosófica raramente igualada, ao afirmar que 'Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem' (Rousseau, 2014, p. 7). Lida com a atenção que merece, essa frase não é uma declaração religiosa nem uma lembrança idealizada da natureza. É um diagnóstico

antropológico no qual o ser humano, ao intervir sobre o que nasce, tende a deformá-lo. E essa interferência começa cedo antes mesmo que a criança saiba que está sendo moldada. A metáfora que Rousseau usa em seguida é extremamente precisa, compara a criança à árvore que o jardineiro força a crescer em determinada direção. A árvore não escolhe a forma que assume, cresce conforme o espaço que lhe deixam. O adulto que emerge desse processo não é a versão plena do ser humano é a versão domesticada.

1.1 O que a sociedade faz com a criança: a desnaturação como processo

Dentro do *Emílio* e do Segundo Discurso, Rousseau trabalha com uma distinção que é, ao mesmo tempo, simples de enunciar e difícil de aceitar em suas consequências, a diferença entre *o amour de soi* e *o amour propre*. *O amour de soi* é o amor de si que o ser humano traz consigo antes do mundo social entrar em cena. Um cuidado com a própria existência que não depende de comparação, que não precisa de audiência, que não tem nada a provar. Uma criança pequena que sente fome e chora, está operando a partir do *amour de soi*, responde a uma necessidade real, diretamente, sem calcular o que os outros vão pensar disso.

O amour propre é outra coisa. Ele nasce quando o sujeito começa a se enxergar pelo olhar alheio, pela visão do outro, quando seu valor passa a depender de como os outros o avaliam, quando a autoestima se torna inseparável da aprovação externa. Não é que *o amour propre* seja simplesmente mau, é que ele substitui uma forma de existir por outra radicalmente diferente. E essa substituição, para Rousseau, é o coração do problema, “a partir do momento em que o ser humano só consegue se ver através do julgamento alheio, ele parou de existir para si mesmo e passou a existir para os outros” (ROUSSEAU, 2014, p. 7-9). Parou de ser e começou a parecer.

Juliana Fischer de Almeida, em análise publicada na Griot Revista de Filosofia, descreve esse processo com precisão, "a alienação social em Rousseau acarreta o processo de desnaturação do indivíduo, de modo que “o eu social é corrompido pelo meio e “a razão provoca decadência moral” à medida que o sujeito aprende a subordinar sua percepção direta do mundo às categorias e julgamentos que a vida coletiva impõe " (Almeida, 2017, p. 62). Vale sublinhar, não é a razão em si que Rousseau condena, mas a razão instrumental aquela que opera

exclusivamente em termos de utilidade, de cálculo e de comparação social, e que vai substituindo, camada por camada, a sensibilidade originária por uma forma de existência inteiramente orientada pelo parecer.

O Livro I do *Emílio* descreve esse processo com uma imagem que permanece entre as mais poderosas da filosofia moderna. Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que nos achamos submersos abafariam nele a natureza e nada poriam no lugar dela. Ela seria como um arbusto que o acaso fez nascer no meio do caminho e que os passantes logo farão morrer, nele batendo de todos os lados e dobrando-o em todos os sentidos' (Rousseau, 2014, p. 9). O que torna essa imagem filosoficamente inquietante não é apenas a força da metáfora, mas a sua impessoalidade, os passantes não têm intenção de matar o arbusto. Simplesmente passam. A sociedade não precisa querer corromper a criança para fazê-lo, basta funcionar como funciona.

E o detalhe mais alarmante é que Rousseau destaca com a expressão 'nada poriam no lugar dela': a sociedade não apenas destrói a natureza originária, ela deixa um vazio. O adulto que perdeu a sensibilidade infantil não ganhou algo de valor equivalente em troca. Ganhou competências funcionais, aprendeu a navegar nas estruturas sociais, acumulou status e recursos. Mas perdeu a capacidade de perceber o mundo de forma direta, de fazer perguntas sem finalidade utilitária, de se relacionar com as coisas e com as pessoas sem calcular o que essa relação pode render. E, o que é mais delicado de tudo, nem sabe o que perdeu.

1.2 A infância como condição originária: o que Rousseau viu que outros não viram

Durante séculos, a tradição pedagógica ocidental tratou a criança como um adulto inacabado alguém cujo valor estava inteiramente no que viria a ser, nunca no que já era. A educação existia para preencher essa lacuna, no qual seria, transmitir conteúdos, instalar valores, moldar comportamentos. A criança não era um sujeito, era um projeto. Rousseau rompeu com essa lógica de forma que ainda hoje soa provocadora. No Livro II do *Emílio*, ele escreve que 'a natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens' e que 'a infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias' (Rousseau, 2014, p. 75). Não é uma afirmação sentimental. É uma tese filosófica dupla, a criança tem um modo de ser próprio, -

dimensão ontológica - e esse modo de ser merece ser respeitado, não corrigido - dimensão normativa -.

Perguntar o que significa dizer que a infância tem modos próprios de ver, pensar e sentir é, no fundo, perguntar se a criança conhece o mundo de forma deficiente ou de forma diferente? A resposta de Rousseau e é aqui que o *Emílio* se torna filosoficamente incômodo é que a diferença não é deficiência. A criança não vê menos do que o adulto, ela vê outras coisas, e algumas dessas coisas o adulto já não consegue mais acessar. Antes que a socialização instale seus filtros, a utilidade, o julgamento alheio, a comparação constante, o ser humano ainda se relaciona com o mundo de forma direta, sem precisar calcular o que essa relação pode render. Almeida (2017, p. 62) resume com precisão o que Rousseau estava tentando fazer no *Emílio*: não construir um sistema pedagógico mais eficiente, mas criar as condições para que o sujeito existisse sem a mediação permanente do olhar social que o obriga a ser o que não é. A tensão que atravessa o livro inteiro nasce daí, de uma pergunta que não tem resposta fácil, como proteger, dentro de uma sociedade que corrompe por natureza, aquilo que essa mesma sociedade inevitavelmente tende a destruir?

Conforme Boto (1996), o *Emílio* representa uma ruptura epistemológica na história da pedagogia, pela primeira vez, a infância é tratada não como ausência de razão adulta, mas como presença de uma forma própria de conhecimento sensível, direta e não mediada pelas abstrações que a socialização progressivamente instala. Essa leitura é fundamental para o argumento da minha pesquisa, pois explica por que a criança enxerga o que o adulto não vê, não por ingenuidade, mas porque ainda tem acesso a um modo de percepção que a vida social sistematicamente obstrui.

1.3 A educação negativa: proteger em vez de moldar

A resposta prática de Rousseau ao diagnóstico que elabora no *Emílio* é o que ele chama de educação negativa uma das propostas mais radicais e mais mal compreendidas da história da filosofia da educação. A educação negativa não significa ausência de educação, significa uma educação que, em vez de adicionar conteúdos e valores externos à criança, se concentra em protegê-la das influências deformadoras da sociedade pelo maior tempo possível. O preceptor do

Emílio não ensina, organiza o ambiente de modo que a criança aprenda por experiência direta, sem mediações abstratas, sem a pressão do julgamento alheio.

Essa proposta tem uma consequência filosófica que vai além da pedagogia, que seria educar verdadeiramente não é adicionar, mas subtrair. Não se trata de dar à criança mais conceitos, mais regras, mais conteúdos, trata-se de remover os obstáculos que impedem sua natureza de se desenvolver. Como observa Almeida

(2017, p. 62), o projeto rousseauísta é, em sua essência, uma tentativa de devolver ao ser humano o acesso a si mesmo criar condições para que o sujeito exista de forma autêntica, sem a mediação constante do olhar social. Essa é a tensão que o *Emílio* carrega em todas as suas páginas, como preservar, dentro de uma sociedade inevitavelmente corrupta, aquilo que essa sociedade inevitavelmente tende a destruir?

CAPÍTULO 2: O MUNDO ADULTO E O ESSENCIAL INVISÍVEL EM O PEQUENO PRÍNCIPE

Antoine Saint-Exupéry não era filósofo. Era aviador, era escritor, era um homem que passou boa parte da vida entre rotas postais no deserto do Saara e missões de reconhecimento durante a guerra e que, por tudo isso, tinha uma relação com a existência que poucos intelectuais de gabinete conseguem ter, que seria a de quem já esteve suficientemente próximo da morte para saber distinguir o que importa do que apenas parece importar. Quando escreveu *O Pequeno Príncipe*, não estava construindo um argumento filosófico no sentido técnico. Fazia algo mais difícil: tornava visível, através de imagens e de uma narrativa aparentemente simples, aquilo que Rousseau havia descrito em conceitos dois séculos antes, que o adulto perdeu o acesso ao essencial, e que essa perda acontece tão gradualmente, com tanta naturalidade, que ele nem percebe o momento em que deixou de ser capaz de ver o elefante dentro da jiboia, como na cena do Capítulo I (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 10-12).

A obra foi escrita em 1942, em Nova York, durante o exílio de Saint-Exupéry. A França estava ocupada, o autor carregava no corpo as marcas de anos de acidentes de aviação e sabia que retornaria ao combate em breve. Foi o que fez, e nunca mais voltou. Esse contexto não é

decorativo, é constitutivo do argumento filosófico da obra. Um homem que escreve nessas condições não está interessado em ornamento literário. Interessa-se pelo que não pode ser perdido. O que Saint-Exupéry julgou não poder ser perdido era precisamente a capacidade de ver o mundo com os olhos que a infância ainda preserva, antes que a vida adulta os substitua pelos olhos do cálculo, da posse e da aprovação social.

2.1 O desenho incompreendido: quando o adulto aprende a não ver

No Capítulo I de *O Pequeno Príncipe*, o narrador conta que, aos seis anos, fez um desenho de uma jiboia engolindo um elefante e o mostrou aos adultos, perguntando se lhes causava medo. Os adultos responderam que um chapéu não assustava ninguém. Diante da incompreensão, o menino tentou se explicar. Não adiantou. E os adultos, em vez de tentar compreender, recomendaram que ele deixasse os desenhos e se dedicasse a coisas mais sérias, por exemplo, geografia, história, aritmética e gramática. Desanimado, o narrador abandonou o que tinha de mais original em si mesmo e se tornou piloto de aviação um adulto funcional num mundo de adultos funcionais.

O que está acontecendo nessa cena, lida à luz do *Emílio*, é o processo de desnaturação que Rousseau descreveu com a imagem do arbusto no meio do caminho. Os adultos que não compreendem o desenho não são maliciosos, são simplesmente o produto de uma educação que os treinou para ver o que é funcional e ignorar o que não serve a nenhuma finalidade imediata. Um chapéu serve, um elefante dentro de uma jiboia não. A criança que desenhou a jiboia ainda tem acesso ao modo de percepção que Rousseau chama de “natural” aquele que vê além da superfície, que pergunta pelo que está dentro das coisas, não apenas pelo que elas parecem ser. Os adultos ao seu redor já perderam esse acesso. E, ao recomendarem que o menino abandone os desenhos, estão realizando, sem saber, exatamente o que a sociedade faz com toda criança, substituindo a percepção direta pela utilidade imediata, o ser pelo parecer, a pergunta genuína pela resposta funcional.

Rousseau havia descrito esse mecanismo no Prefácio do *Emílio* com uma frase que ecoa diretamente na cena de Saint-Exupéry: 'Os mais sábios apegam-se ao que importa que saibam os homens, sem considerar o que as crianças se acham em estado de aprender. Eles procuram

sempre o homem na criança, sem pensar no que esta é antes de ser homem' (Rousseau, 2014, p. 4). Os adultos que recomendam ao menino que estude aritmética estão fazendo exatamente isso, procurando o homem na criança, ignorando o que a criança já é e já vê. O resultado, como Saint-Exupéry narra com melancolia contida, é o abandono gradual do que havia de mais genuíno naquele menino de seis anos.

2.2 A tirania dos números: quando medir substitui compreender

O Capítulo IV de *O Pequeno Príncipe* desenvolve uma crítica que, lida ao lado do *Emílio*, revela uma precisão filosófica notável. O narrador observa que, quando se conta a um adulto que se fez um novo amigo, ele nunca pergunta sobre a voz desse amigo, sobre o que o faz rir, sobre os jogos de que gosta. Ele pergunta a idade, o peso, o quanto o pai ganha. E conclui que, para compreender as pessoas, o adulto precisa de números. Sem números, não há compreensão possível.

Essa observação não é uma crítica ao materialismo em sentido amplo, é uma descrição precisa de um modo de conhecer que substitui a relação pelo dado, a presença singular pela categoria mensurável. O adulto que pergunta pela idade em vez de perguntar pela voz não está sendo mau, mas opera com as ferramentas que a socialização lhe deu. Ele aprendeu que o número elimina a ambiguidade mas não percebe que junto com a ambiguidade elimina-se também a singularidade. E é a singularidade o que torna alguém único e insubstituível que a criança ainda percebe e o adulto não mais.

Esse é, precisamente, o mecanismo que Rousseau identifica na substituição do *amour de soi pelo amour propre*, o *amour de soi* relaciona-se com o outro de forma direta, sem mediação comparativa, o *amour propre* só consegue relacionar-se por meio da comparação, da classificação, da hierarquia. Um adulto dominado pelo “*amour propre*” não conhece as pessoas, ele as classifica. E a classificação, por definição, apaga o que é singular em favor do que é genérico. Como observa Almeida (2017), é exatamente esse processo de abstração social que Rousseau chama de “*desnaturalização*”, o sujeito perde o contato com a realidade concreta e singular das coisas e das pessoas, e passa a existir num mundo de categorias e comparações que nunca alcançam o essencial.

2.3 Os planetas: uma galeria das formas adultas de se perder

A sequência de planetas visitados pelo Pequeno Príncipe, habitados cada um, por uma única figura adulta é a parte da obra em que Saint-Exupéry mais se aproxima da filosofia política de Rousseau. Cada personagem representa uma forma específica da alienação que o filósofo descreveu no Segundo Discurso e no *Emílio*, e o avanço das visitas tem uma lógica interna que raramente é analisada com a atenção que merece.

O Rei, no Capítulo X, exerce autoridade sobre um reino vazio. Ninguém o obedece porque não há ninguém para obedecer mas ele continua sendo rei, como se o título fosse mais real do que a ausência de súditos. Essa figura encarna o que Rousseau descreve como “autoridade artificial” estruturas de poder que existem por si mesmas, descoladas de qualquer função humana autêntica, sustentadas apenas pela convenção social que as instituiu. *Emílio* propõe, contra isso, uma educação que liberte a criança da reverência automática à autoridade, que ela aprenda a questionar a legitimidade do poder antes de obedecê-lo.

O Vaidoso, no Capítulo XI, existe exclusivamente para ser admirado. Pede ao príncipe que bata palmas e interpreta qualquer coisa que o visitante diga como admiração. Essa figura é a personificação do *amour propre* em estado puro, um ser que só existe em função do olhar alheio, que perdeu completamente qualquer referência interna de valor e depende da aprovação contínua para se sustentar. Rousseau havia descrito esse mecanismo no *Segundo Discurso* ao analisar como a desigualdade social cria seres humanos cujo valor é inteiramente determinado pelo que os outros pensam deles; no sentido mais literal, escravos do julgamento alheio.

O Beberão, no Capítulo XII, bebe para esquecer que tem vergonha de beber. A circularidade do vício não é apenas literária ela descreve com precisão o mecanismo que Rousseau identificou na ‘criação de necessidades artificiais pela sociedade’ a civilização gera sofrimentos que ela mesma oferece como remédio, criando ciclos de dependência que se autossustentam. A vergonha do beberão é um produto social sem a norma que a produz, não haveria o vício que tenta suprimi-la.

O Homem de Negócios, no Capítulo XIII, é talvez a figura que mais diretamente dialoga com Rousseau. Ele conta estrelas para possuí-las e a extensão da lógica da posse ao universo

inteiro é a *reductio ad absurdum* da crítica rousseauísta à propriedade privada. No *Segundo Discurso*, Rousseau afirma que a desigualdade social tem sua origem no momento em que alguém cercou um terreno e disse 'isto é meu'. O Homem de Negócios é esse impulso levado ao limite, ele possui as estrelas, mas não pode contemplá-las está ocupado demais contando-as. A posse substitui a relação, o número substitui a presença, o ter substitui o ser.

Como observa o artigo da Associação Nacional de Filosofia Clínica (ANFIC) sobre a obra, cada planeta representa 'um aspecto da alienação humana moderna o ego, a vaidade, a fuga da dor, a obsessão pela posse e o saber estéril' (ANFIC, [s.d.], p. 2). O que torna o Pequeno Príncipe filosoficamente singular nessa galeria é o fato de que ele não a condena com discursos ele a observa com a estranheza genuína de quem ainda não foi capturado por nenhuma dessas formas de se perder. Sua conclusão 'as pessoas grandes são decididamente muito esquisitas' não é uma crítica moralista. É a constatação de quem ainda enxerga o que os adultos ao seu redor já não conseguem mais ver.

2.4 A raposa e o essencial: onde as duas obras se encontram

O Capítulo XXI de *O Pequeno Príncipe* é o ponto de aproximação máxima entre Saint-Exupéry e Rousseau, e o momento em que a tese filosófica da obra se enuncia com maior clareza. A raposa ensina ao príncipe o significado de cativar, criar laços, tornar alguém único no mundo. E o critério do que torna algo essencial não é objetivo 'Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante.' A rosa do príncipe não é objetivamente mais bela que as cinco mil rosas do jardim que ele encontra na Terra. Ela é insubstituível porque ele a cuidou, porque há entre eles um laço que não pode ser transferido nem reproduzido.

Isso filosoficamente é transformador porque inverte a epistemologia dominante na modernidade. No paradigma racionalista que Rousseau já criticava em seus contemporâneos enciclopedistas, o conhecimento verdadeiro é aquele que independe do sujeito, objetivo, universal, replicável. A raposa propõe o oposto: o que é mais real não é o que pode ser medido e generalizado, mas o que foi vivido, cuidado, amado. Esse é o modo de conhecer que Rousseau descreve no *Emílio* como natural, ou seja, o conhecimento que vem da experiência direta, do afeto, da relação concreta com o mundo, não da abstração e do número. E é exatamente esse

modo de conhecer que a criança ainda possui e que o processo de socialização gradualmente impede.

A frase que sintetiza o capítulo 'O essencial é invisível aos olhos' não é apenas poética. É uma tese paradigmática, o que mais importa não pode ser visto com os olhos da razão instrumental, não tem peso nem preço, não aparece em nenhuma classificação. Só pode ser sentido, vivido, cuidado. A criança, enquanto ainda não foi capturada pela racionalidade utilitarista, ainda tem acesso a esse essencial. O adulto dos planetas perdeu completamente esse acesso não por má-fé, mas porque a vida social o treinou, passo a passo, para não ver o que não tem utilidade imediata. A criança não vê mais do que o adulto porque sabe mais, ela vê mais porque ainda não aprendeu a ignorar o essencial, ou traduzindo, o ser humano não perde a capacidade de enxergar o essencial, ele aprende a não mais enxergá-lo.

Freitas (2015, p. 18), ao analisar filosoficamente a obra de Saint-Exupéry, observa que o ensinamento da raposa pode ser lido como uma crítica à racionalidade que, ao buscar o universal e o objetivo, perde de vista o singular e o relacional precisamente o que constitui, para o Pequeno Príncipe, o valor real das coisas. Essa crítica dialoga diretamente com o que Rousseau descreve no *Emílio* como a perda da sensibilidade natural. O adulto que só enxerga o mensurável não é mais racional do que a criança e sim menos humano, no sentido preciso que Rousseau dá a esse termo.

2.5 O diálogo filosófico entre as obras: uma resposta conjunta

Lidas em conjunto, o *Emílio* e *O Pequeno Príncipe* constroem um argumento filosófico que nenhuma das duas obras poderia sustentar sozinha com a mesma força. Rousseau fornece o diagnóstico conceitual, a sociedade corrompe o ser humano ao substituir o ser pelo parecer, o essencial pelo mensurável, o *amour de soi pelo amour propre*. Saint-Exupéry fornece as imagens concretas desse diagnóstico, o chapéu que esconde o elefante, os números que substituem a voz, os planetas habitados por adultos perdidos em suas mediações, a rosa que só é essencial porque foi cuidada.

A convergência entre os dois autores não é superficial nem apenas temática é estrutural. Ambos partem da mesma premissa, o ser humano nasce com uma disposição originária para o

bem e para a percepção direta do mundo. Ambos identificam no processo de socialização o mecanismo que destrói essa disposição. E ambos apontam para a infância não como paraíso irrecuperável, mas como categoria filosófica, como o lugar em que essa disposição ainda está intacta, ainda é visível, ainda permite que se veja o elefante dentro da jiboia.

Há, porém, uma diferença importante entre os dois registros que esta análise não pode ignorar. Rousseau responde ao diagnóstico com uma proposta, a educação negativa, a proteção da criança das deformações sociais, a preservação da natureza originária pelo maior tempo possível. Saint-Exupéry não propõe ele narra. *O Pequeno Príncipe* parte, e o piloto não sabe se o carneiro comeu a rosa. A obra termina em aberto, com uma melancolia que o *Emílio* não tem. Essa diferença é reveladora. Rousseau ainda acreditava que o problema tinha solução pedagógica, Saint-Exupéry, escrevendo de dentro de uma guerra que confirmava os piores diagnósticos sobre a capacidade humana de autodestruição e por isso parece menos certo disso. O que as duas obras oferecem, juntas, não é uma solução é uma questão que não pode ser ignorada, o que se perde quando a criança se torna adulto?

Conclusão

Chegados ao fim deste percurso, é hora de nomear o que os dois capítulos anteriores foram construindo em camadas. O Capítulo 1 mostrou que Rousseau não fazia filosofia do passado quando escreveu o *Emílio*, mas descrevia um mecanismo que a modernidade não resolveu, apenas sofisticou, isto é, o processo pelo qual a vida social vai substituindo, dentro do ser humano, a percepção direta do mundo pela percepção mediada pelo julgamento alheio, pela utilidade e pelo número. O Capítulo 2 mostrou que Saint-Exupéry, sem ter a obra *Emílio* como referência explícita, chegou ao mesmo diagnóstico pela via da experiência concreta da guerra, do deserto, da aviação, do exílio e o tornou visível através de imagens que nenhum argumento filosófico abstrato poderia alcançar com a mesma força. Resta agora o terceiro movimento, que seria sistematizar o diálogo entre essas duas obras, examinar onde elas realmente convergem, onde diferem e o que, juntas, respondem à pergunta que esta pesquisa nunca deixou de ser.

A convergência entre Rousseau e Saint-Exupéry não é de superfície. Não se trata apenas de dois autores que gostavam de crianças ou que desconfiavam do mundo adulto. A convergência é estrutural. Ambas partem da mesma premissa ontológica o ser humano nasce com uma forma de existir que é originária, direta e não mediada, identificam o mesmo mecanismo de destruição dessa forma o processo de socialização que instala a comparação, a utilidade e o parecer no lugar do ser, e apontam para a mesma figura como testemunha desse processo a criança, que ainda não foi completamente capturada por ele e que, por isso, ainda enxerga o que os adultos ao seu redor já não conseguem ver. O menino que desenhou a jiboia e o *Emílio* que aprende pelo contato direto com o mundo, são filosoficamente a mesma figura, o ser humano antes que a sociedade termine seu trabalho sobre ele.

Essa convergência tem uma consequência filosófica que merece ser enunciada com clareza. Se dois autores tão diferentes, um filósofo iluminista do século XVIII e um aviador-escritor do século XX chegaram à mesma conclusão por caminhos radicalmente distintos, isso não é coincidência temática. É evidência de que há algo que pertence à estrutura da experiência humana, e não a uma época particular ou a um contexto específico. O problema que Rousseau identificou em 1762 não foi resolvido pela Revolução Francesa, nem pela industrialização, nem pelo século XX. Saint-Exupéry o encontrou intacto e, em muitos sentidos, ampliado em 1942. Isso significa que a crítica que os dois autores fazem ao mundo adulto não é histórica no sentido de datada é estrutural no sentido de permanente.

Mas as diferenças entre as duas obras são tão reveladoras quanto suas semelhanças, e seria desonesto ignorá-las. Rousseau termina o *Emílio* com uma proposta, a educação negativa, o preceptor dedicado, o ambiente cuidadosamente protegido das influências deformadoras da sociedade. Por mais utópico que esse projeto seja e Rousseau sabia que era, ele carrega uma aposta fundamental que seria: é possível, com a educação certa, preservar no ser humano aquilo que a socialização tende a destruir. Há, no *Emílio*, uma confiança básica de que o problema tem solução, que a natureza humana pode ser protegida se houver vontade e método.

Saint-Exupéry não tem essa confiança. Não há proposta pedagógica, não há projeto educativo, não há caminho indicado. Há apenas a pergunta deixada em suspenso e o desconforto de quem percebe que perdeu algo sem saber exatamente quando ou como. Essa diferença de tom

não é casual, reflete dois momentos históricos e duas experiências pessoais muito distintas. Rousseau escrevia no contexto do Iluminismo, ainda acreditando na possibilidade de reformar a sociedade pela razão e pela educação. Saint-Exupéry escrevia de dentro de uma guerra que havia demonstrado, com evidências sufocantes, que a razão sozinha não salva ninguém e que o mundo adulto é capaz de graus de destruição que nenhuma pedagogia iluminista havia previsto.

É chegado o momento de responder diretamente à pergunta que orientou esta pesquisa desde o início: O que se perde quando a criança se torna adulto? Essa perda é inevitável, ou poderia, com uma educação diferente, ter sido evitada?

O que se perde, as duas obras respondem em uníssono, é a capacidade de existir em relação direta com o mundo sem o filtro do julgamento alheio, sem a mediação do preço, sem a compulsão de classificar o que se deveria apenas perceber. A criança que ainda vê o elefante dentro da jiboia não é mais inteligente do que o adulto que vê um chapéu. Ela simplesmente ainda não aprendeu a substituir a percepção pela função. Ainda não foi treinada para ver apenas o que serve. É essa capacidade de ver o que não serve para nada, de perguntar sem esperar uma resposta útil, de cativar e ser cativada sem calcular o retorno que Rousseau chama de natureza humana e que Saint-Exupéry chama de essencial. Perdê-la não é amadurecer. É empobrecer.

Quanto à segunda parte da pergunta, as duas obras oferecem respostas diferentes, e essa diferença é, talvez, o legado filosófico mais honesto que esta pesquisa pode deixar. Rousseau acredita que a perda não é inevitável. Se houver uma educação que proteja a criança das deformações sociais pelo tempo suficiente para que sua natureza se consolide antes de ser exposta à pressão do mundo. Saint-Exupéry parece menos certo disso ou talvez simplesmente mais cansado de acreditar. O que ele oferece não é uma solução, mas um testemunho, o testemunho de alguém que viveu o suficiente para saber o que se perde, e que escreveu sobre isso antes de partir para uma missão da qual não voltaria.

Referências

ALMEIDA, Juliana Fischer de. A alienação como processo de des-naturação do indivíduo e sua nova existência social em Jean-Jacques Rousseau. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, v. 15, n. 1, p. 60–74, jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FILOSOFIA CLÍNICA (ANFIC). O essencial é invisível aos olhos: uma análise filosófica de O Pequeno Príncipe, maio 2025.

BOTO, Carlota. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

DALA SANTA, Fernando. A criança e o seu mundo: considerações acerca da educação natural nos dois primeiros livros do Emílio de Rousseau. Educação, Santa Maria, v. 45, 2020, maio 2025.

FREITAS, Mauro Ricardo de. Uma abordagem filosófica da obra O Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry. Theoria Revista Eletrônica de Filosofia, Pouso Alegre, v. VII, n. 17, p. 11–28, 2015, maio 2025.

PAIVA, Wilson Alves de. A atualidade da filosofia de Rousseau. IHU, maio 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores, v. I).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores, v. II).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. O Pequeno Príncipe. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 51. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2015.